



PLATFORM FOR INTERNATIONAL COOPERATION ON
UNDOCUMENTED MIGRANTS

PICUM TRIMESTRAL Outubro - Dezembro 2015

FRONTEIRAS

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

CUIDADOS DE SAÚDE

TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

MULHERES INDOCUMENTADAS

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

FRONTEIRAS

UE / Operação “Sophia” iniciada para destruir barcos e embarcações de contrabandistas

A UE iniciou uma nova operação no sul do Mediterrâneo no dia 7 de outubro de 2015 com o objetivo de interceptar contrabandistas. A missão militar EUNAVFOR Med, apelidada “Operação Sophia” supostamente em referência a uma recém-nascida resgatada neste verão chamada Sophia, é composta por seis navios de guerra em águas internacionais na costa da Líbia com o mandato de parar, embarcar, apreender e destruir os barcos dos contrabandistas. O Conselho de Segurança da ONU aprovou a operação no dia 9 de outubro. O mandato da ONU dado às forças operacionais navais não era necessário para a que a União Europeia agisse, mas fornece mais legitimidade à operação. Diversas organizações da sociedade civil temem que a operação faça com que refugiados e migrantes utilizem rotas ainda mais perigosas.

Fontes: [ECRE](#), 1 outubro 2015; [BBC](#), 7 outubro 2015; [France 24](#), 9 outubro 2015

COMISSÃO EUROPEIA / Medidas tomadas para lidar com a atual situação nas fronteiras externas da UE

A Comissão Europeia publicou um [documento](#) no dia 30 de novembro de 2015 descrevendo a situação atual de medidas tomadas para “lidar com a crise de refugiados”. O documento inclui uma lista de ações endossadas pela reunião informal de chefes de estado e governo dos dias 23 de setembro e 15 de outubro de 2015. O documento também reafirma o compromisso da UE em aumentar os recursos financeiros dedicados à crise em €1.7 mil milhões, gerando um total de €9.2 mil milhões para 2015 e 2016.

Fonte: [European Commission Press Release](#), 30 novembro 2015

FOCUS PAPER / Orientação sobre direitos fundamentais para estados membros sobre o dever de recolher impressões digitais

A Agência Europeia para Direitos Fundamentais (FRA) publicou um *focus paper* em outubro de 2015 no qual analisa as medidas que as autoridades podem usar para incluir informações biométricas sobre migrantes e requerentes de asilo recém-chegados na base de dados da Eurodac, para uso da gestão de fronteiras. A Eurodac é uma base de dados da União Europeia criada para facilitar a implementação da regulamentação de Dublin ao determinar qual o estado-membro responsável pelo requerimento de asilo. O documento tem como objetivo auxiliar os estados-membros e instituições da UE a evitar violações de direitos fundamentais durante a recolha de impressões digitais. O texto conclui, entre outras considerações, que apesar da recusa de fornecer impressões digitais, os estados-membros têm a obrigação de respeitar o princípio de não repulsão. A privação de liberdade com o intuito de obter impressões digitais deve ser utilizada apenas em última instância e não contra pessoas vulneráveis. Para ler o documento clique [aqui](#).

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

UE-AFRICA / CIMEIRA DE VALETTA SOBRE MIGRAÇÃO DEFINE PLANO DE AÇÃO

Líderes africanos e da UE reuniram-se numa cimeira entre 11 e 12 de novembro 2015 em Valetta, Malta. A cimeira teve como objetivo fortalecer a cooperação na área de migração, discutir oportunidades e desafios atuais. Os chefes de estado ou governo europeus e africanos concordaram numa [declaração política](#) e num [plano de ação](#) para cooperação na área de migração, com dezasseis áreas de prioridades a serem iniciadas antes do fim de 2016. Dentre outros, o plano de ação enfatiza as necessidades especiais de proteção de crianças e mulheres migrantes. Entretanto, a [sociedade civil africana](#), criticou o plano por ser unilateral e eurocêntrico. Inúmeras organizações baseadas na Europa estão preocupadas com a crescente ênfase nas deportações e readmissões como elementos de cooperação de desenvolvimento e criticaram o plano por não abordar meios de migração legal adequadamente. No contexto do objetivo do plano de “combater a migração irregular”, os líderes concordaram em combater o tráfico de pessoas e contrabando de migrantes e em conduzir campanhas de consciencialização em países de origem, trânsito e destino sobre os possíveis perigos de migrar através de contrabando. Para mais informações sobre a cimeira de Valetta, incluindo documentos de contexto clique [aqui](#). Fontes: [ECRE Weekly Bulletin](#), 13 novembro 2015; Migration and Development Civil Society Network (MADE) [Press Statement](#), 12 novembro 2015

EU-TURQUIA / Chefes de estado ou governo estabelecem cooperação próxima em gestão de migração

Chefes de governo ou estado da UE realizaram no dia 29 de novembro de 2015 uma reunião com o governo da Turquia para expandir o relacionamento UE-Turquia e discutir questões a respeito da gestão de migrações. O encontro foi concluído com uma [declaração](#) conjunta detalhando compromissos bilaterais e ações propostas em diversas áreas. A UE e Turquia concordaram em ativar e implementar o [Plano de Ação Conjunto](#) aprovado no dia 15 de outubro de 2015 aumentar a cooperação em deportar migrantes considerados sem necessidade de proteção internacional; prevenir movimentos para a Turquia e a União Europeia; e garantir a implementação das provisões de acordos bilaterais de admissão previamente estabelecidos. Os líderes da UE e da Turquia também definiram que o [acordo de readmissão entre UE e Turquia](#) será aplicável integralmente a partir de Junho 2016. Fonte: [European Council Press Release](#), 29 novembro 2015

COMISSÃO EUROPEIA / Adoção do Programa de Trabalho para 2016

A Comissão Europeia adotou no dia 27 de outubro de 2015 o [Programa de Trabalho de 2016](#). Embora mantendo um foco em “combater o contrabando de migrantes e grupos de traficantes de pessoas” e em “retornar pessoas que não precisem de proteção internacional”, o programa de trabalho inclui propostas para desenvolver novas iniciativas de meios para migração regular. O Programa de Trabalho também inclui novas iniciativas de “gestão de fronteiras”, com o objetivo de progredir em direção a uma Guarda Costeira e de Fronteira Europeia, baseada num “Frontex significativamente reforçado”. As propostas modificadas para o [“Pacote da UE para Fronteiras Inteligentes”](#) também serão apresentadas pela Comissão em 2016.

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

FRANÇA / EUROPA / Migrantes e refugiados descritos como risco de segurança após os ataques terroristas em Paris

Após os ataques terroristas em Paris do dia 13 de novembro de 2015, nos quais 128 pessoas foram assassinadas, alguns políticos e grupos associaram refugiados e migrantes, especialmente os muçulmanos, com possíveis ameaças terroristas. Marine Le Pen, presidente do partido de direita Frente Francesa Nacional, exigiu a deportação de migrantes indocumentados na sua resposta aos ataques. O Ministro das Finanças da Bavária, na Alemanha, Markus Söder (União Cristã Social, CSU) foi citado pela comunicação social afirmando que a “migração descontrolada” não pode continuar. O novo governo polaco afirmou que a quota de refugiados estabelecida teria que ser revisitada após os ataques e que a Polónia não estava pronta para receber a quota. Entretanto, uma clara declaração de princípios foi feita pelo Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, que destacou no dia 15 de novembro durante a reunião do G20 em Antalya, na Turquia, que refugiados e migrantes não devem ser confundidos com terroristas. Dois trabalhadores indocumentados, Ahmed e Nordine T., que viviam no prédio em Saint-Denis, a norte de Paris, onde uma rusga policial aconteceu no dia 18 de novembro com o objetivo de encontrar os responsáveis pelos ataques de Paris, sofreram ferimentos causados por um tiroteio durante a rusga. Após receberem tratamento médico no hospital, ambos foram imediatamente detidos por serem indocumentados.

Fontes: [The Guardian](#), 14 novembro 2015; [EU Observer](#), 15 novembro 2015; [Welcoming America](#), novembro 2015; [TWC News](#), 16 novembro 2015; [New Europe](#), 24 novembro 2015; [L’Humanité](#), 24 novembro 2015; [Le Figaro](#), 23 novembro 2015.

FRANÇA / Tribunal Administrativo em Lille determina medidas de assistência provisória para melhorar as condições em Calais

O Tribunal Administrativo de Lille, na sua [decisão](#) n. 1508747 de 2 novembro de 2015, determinou a implementação de assistência provisória para garantir a dignidade humana, o direito ao respeito pela vida, o direito de ser livre de tratamentos desumanos e degradantes e o direito a asilo, para as pessoas que vivem no campo junto ao centro Jules Ferry em Calais. O juiz salientou que, devido ao acesso insuficiente a água e casas de banho, os migrantes estavam expostos ao risco de tratamento degradante e desumano. O juiz ordenou o prefeito de Pas-de-Calais e a comuna de Calais a instalar 10 pontos de água adicionais e 50 latrinas, estabelecer um sistema de recolha de lixo, instalar lixeiras móveis, limpar o local e estabelecer uma ou mais rotas de acesso de emergência. Estas medidas teriam de ser executadas num prazo de oito dias após a decisão e estão sujeitas a uma multa de 100 euros por dia no caso de incumprimento da decisão. O prefeito de Pas-des-Calais também terá de identificar menores desacompanhados em risco para que sejam acomodados adequadamente.

Fonte: [European Database of Asylum Law](#) (EDAL), 2 novembro 2015

ALEMANHA / SUÉCIA / Polícia relata que centenas de milhares de migrantes desapareceram

As polícias alemã e sueca reportaram que centenas de milhares de migrantes desapareceram nos seus países. De acordo com a polícia federal alemã cerca de 25 000 pessoas que chegaram à Alemanha estão no país irregularmente, sem se terem registado com as autoridades de migração. Nos últimos meses a Alemanha esteve nas notícias como sendo um dos estados membros da UE que mais refugiados e migrantes acolheu. A Lei de Residência (Aufenthaltsgesetz, parágrafo 59), no entanto, criminaliza a entrada irregular. Por este motivo, a polícia federal alemã indiciou 118 mil e 185 casos por entrada irregular entre janeiro e agosto de 2015. Mais de 99% dos casos foram eventualmente arquivados, mas a polícia é obrigada a indiciar primeiro. A polícia sueca afirmou que cerca de 14 000 migrantes irregulares que aguardavam deportação desapareceram. No dia 12 de novembro, a Suécia anunciou um controle de fronteira temporário, durante 10 dias, para conduzir fiscalização de refugiados e migrantes que chegaram ao seu território.

Fontes: [Sputnik News](#), 27 novembro 2015; [Der Spiegel](#), 30 novembro 2015; [RT News](#), 2 dezembro 2015; [The Atlantic](#), 12 novembro 2015; [Die ZEIT](#), 27 outubro 2015

EUA / Declaração de direitos para americanos indocumentados

O grupo de defesa dos direitos de imigrantes indocumentados, United We Stay, nos Estados Unidos, publicou uma “Declaração de direitos para americanos indocumentados” no dia 5 de novembro de 2015. Em referência à Declaração de direitos dos fundadores da nação, que consiste nas 10 emendas à constituição dos Estados Unidos, a “Declaração de direitos para americanos indocumentados” também inclui 10 pontos exigindo, entre outros, um caminho para cidadania, proteção contra detenção e deportação quando o imigrante indocumentado denuncia um crime, acesso a serviços como assistência médica e acesso à educação. Para ver a “Declaração de direitos para americanos indocumentados” clique [aqui](#).

Fonte: [United We Stay](#), novembro 2015

CUIDADOS DE SAÚDE

EUROPA / RELATÓRIO / Estudo conclui que políticas de integração restritivas podem afetar negativamente a saúde de migrantes

O projeto SOPHIE divulgou um relatório intitulado “Políticas sociais e económicas afetam equidade na saúde” ([Social and Economic Policies Matter for Health Equity](#)), concluindo que as políticas de integração restritivas podem ter consequências negativas na saúde de migrantes. SOPHIE, um projeto de investigação colaborativo, coordenado pela *Agència de Salut Pública* (Agência de Saúde Pública) de Barcelona, estudou os impactos que as várias políticas sociais e económicas têm nas desigualdades ao nível da saúde, incluindo os efeitos que as políticas de integração têm na saúde dos migrantes. No capítulo dedicado à saúde dos migrantes, o estudo compara a diferença entre as condições de saúde de nativos e estrangeiros residentes em três países europeus (Países Baixos, França e Dinamarca). O estudo revelou que as desigualdades nas condições de vida e na saúde percebida entre população migrante e população nascida no país, é superior na Dinamarca. Para ler o relatório completo clique [aqui](#). Para saber mais sobre este projeto, clique [aqui](#).

VIDEOS / Vídeos sobre a importância do acesso à vacinação de todas as crianças e aos cuidados pré-natais de todas as mulheres grávidas

A organização *Médecins du Monde* (Médicos do Mundo, MdM) publicou dois vídeos a 29 de outubro de 2015, sobre a necessidade de assegurar que todas as crianças tenham acesso a vacinas e que todas as mulheres grávidas tenham acesso a cuidados pré-natais. A MdM disponibilizou cuidados de saúde a pessoas que têm pouco ou nenhum acesso ao sistema de saúde normal, incluindo migrantes indocumentados, em clínicas de toda a Europa. Os dados recolhidos em 2014 indicam que apenas um terço das crianças atendidas, num universo de 23 040 pacientes que visitaram clínicas da MdM, tinham sido vacinadas contra a parotidite, o sarampo e a rubéola, e que apenas um pouco mais (42,5%) tinham sido vacinadas contra o tétano. Mais de metade (54,2%) das gestantes entrevistadas em clínicas da MdM não tinham acesso a cuidados pré-natais e a grande maioria não tinha qualquer cobertura de saúde (81%). O vídeo sobre cuidados pré-natais em toda a Europa está disponível [aqui](#). O vídeo sobre o acesso a vacinação na Europa pode ser visto [aqui](#).

TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

IRLANDA / Investigação expõe trabalhadores migrantes indocumentados vítimas de tráfico e de abusos na indústria pesqueira

O jornal inglês *The Guardian* conduziu uma investigação durante um ano na indústria pesqueira Irlandesa de gambas e peixe branco e descobriu migrantes indocumentados do Gana, Filipinas, Egito e Índia que estavam a ser explorados como pescadores em portos irlandeses. Foram relatados inúmeros abusos, tais como o confinamento forçado nas embarcações pesqueiras, pagamento inferior ao salário mínimo irlandês, privação extrema do sono, trabalho consecutivo durante dia e noite, com apenas algumas horas de sono e sem dias de descanso adequado. O *The Guardian* declarou que alguns trabalhadores migrantes parecem ter sido traficados especificamente para a exploração laboral nos arrastões.

Fonte: [The Guardian](#), 2 de novembro de 2015

PAÍSES BAIXOS / Governo informa sobre regulação do trabalho doméstico

O governo neerlandês decidiu lançar uma campanha para informar os cidadãos das regras que governam o trabalho doméstico. De acordo com as estimativas do governo, quase um milhão (13%) de lares usam ajuda doméstica. Há regras específicas que regulam a provisão de serviços privados ao domicílio, mas de acordo com um relatório de 2014 estas regras não são conhecidas e verificam-se com frequência muitas infrações. O objetivo desta campanha é aconselhar indivíduos que empregam trabalhadores domésticos acerca das suas obrigações e dos direitos das duas partes, bem como ensinar a formular contratos. Para mais informações sobre a campanha e acesso a um modelo de contrato clique [aqui](#) (em neerlandês).

Fonte: Stichting Los Newsletter, Volume 5 No. 21, 26 de outubro de 2015

RELATÓRIOS / Ferramenta de formação para agentes da lei e envolvimento do setor privado no combate ao tráfico humano.

O Centro internacional para o desenvolvimento de políticas de migração (International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)), publicou o relatório “Tráfico Humano - Como Investigá-lo: Manual de Formação para Oficiais de Justiça” (“Human Trafficking - How to Investigate It: Training Manual for Law Enforcement Officers”), em cooperação com EF-Peritos de França (Expertise France) e FIIAPP-Federação Internacional e para a Iberoamérica de Administração e Políticas Públicas (Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Publicas), como parte de um projeto que visa melhorar a aplicação das leis e da cooperação nacional, regional e transnacional no tráfico humano. O projeto centra-se em quatro países - Azerbaijão, Bósnia-Herzegovina, Moldávia e Turquia - e informa sobre a recolha e análise de dados e informação, com o objetivo de melhorar o conhecimento de base acerca do tráfico de pessoas, a iniciar uma partilha sistemática de informação entre estes quatro países, e a capacitar agências que estão na linha da frente: polícia, agentes da lei, oficiais de justiça e outros que possam identificar e atuar em situações de tráfico de pessoas. Para ter acesso ao relatório, clique [aqui](#). [La Strada International](#) e [SOMO](#) publicaram o [guia de recursos](#) “Envolver o Setor Privado no Combate ao Tráfico de Pessoas para ONG” (“Engaging the Private Sector to End Human Trafficking for NGOs”), no dia 16 de outubro de 2015, por ocasião do dia europeu de combate ao tráfico de seres humanos, observado no dia 18 de outubro. O guia elabora diversas formas através das quais o tráfico de pessoas pode ser abordado, em colaboração com o setor privado. As empresas são identificadas como atores-chave, uma vez que o setor privado é responsável pela exploração de trabalhadores e práticas de recrutamento coercivas, podendo alternativamente ter um papel crucial no seu combate, ajudando a prevenir o tráfico de pessoas. Mais informação [aqui](#).

SUIÇA / Petição para a implementação efetiva da convenção para os trabalhadores domésticos

A Convenção para os trabalhadores domésticos (No. 189) da Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organisation (ILO)), entrou em vigor na Suíça a 12 de novembro de 2015, após ratificação no ano anterior por parte deste país. As organizações suíças “Mulheres em Desenvolvimento na Suíça” (Women in Development Wide Schweiz) e a “Plataforma nacional para migrantes indocumentados” (nationale Plattform zu den Sans-Papiers) apelam agora a uma rápida e efetiva implementação desta convenção. Neste sentido, foi lançada uma petição que está disponível em [alemão](#) e em [francês](#). Estas organizações exigem, entre outras coisas, a possibilidade de trabalhadores domésticos indocumentados terem acesso a vistos de permanência e de trabalho, acesso a segurança social e ao tribunal do trabalho, bem como a garantia de que o trabalho doméstico esteja sujeito à Lei Nacional do Trabalho.

Fonte: [Sans- Papiers Suíça](#), dezembro de 2015

REINO UNIDO / PLANO POLÍTICO / Inspeção do Trabalho é chave no combate à exploração laboral

Um plano político intitulado “Combater a exploração laboral através da inspeção de trabalho” (Combatting Labour Exploitation through Labour Inspection) foi lançado pelo FLEX “Focus on Labour Exploitation” (Foco na Exploração Laboral) em outubro de 2015, sublinhando a importância da inspeção de trabalho como forma de evitar a exploração laboral grave. Apesar da Lei de Escravatura Moderna do Reino Unido, em vigor desde 2015, impor já pesadas sanções aos responsáveis por crimes de escravatura moderna, este relatório sugere que os

esforços realizados para confrontar a exploração laboral só serão efetivos se realizadas inspeções de trabalho centradas nas vítimas. O governo estima que 13 000 pessoas possam ser atualmente vítimas de escravatura moderna no Reino Unido. Esse relatório pode ser encontrado [aqui](#).
Fonte: Focus on Labour Exploitation [Comunicado de Imprensa](#), outubro de 2015

MULHERES INDOCUMENTADAS

IRLANDA / Irlanda assina a Convenção de Istambul

A 5 de novembro de 2015 a Irlanda tornou-se o 26º Estado a assinar a Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica ("Convenção de Istambul"). Frances Fitzgerald, ministro da Justiça, apelou à preparação de um pacote de reformas que permitissem à Irlanda ratificar a Convenção. O departamento de Justiça referiu que a legislação sobre a violência doméstica deve ser publicada em 2016. De acordo com a Women's Aid, uma organização não-governamental que trabalha para eliminar a violência doméstica, na Irlanda os abrigos têm apenas um terço dos espaços familiares que seriam necessários, no âmbito da Convenção. Na Irlanda, uma em cada cinco mulheres relata ter sofrido violência sexual ou física desde os 15 anos e todos os anos são feitas 38 000 chamadas para linhas de apoio por mulheres.

Fontes: [Belfast Telegraph](#), 4 de novembro de 2015, [The Irish Times](#), 6 de novembro de 2015

ALEMANHA / Campanha promove sensibilização sobre a situação das mulheres indocumentadas

A associação *In Via*, que defende os direitos dos jovens e das mulheres, lançou uma campanha de sensibilização sobre a situação das mulheres em situação irregular. A campanha denominada "Entre Nós. Sem Direitos" (Mittendrin. Ohne Rechte) exige a proteção dos direitos humanos fundamentais das mulheres e explica porque as mesmas ficam em situação irregular e como muitas vezes trabalham sob condições de exploração enquanto trabalhadoras domésticas e prestadoras de cuidados ou são vítimas de tráfico e trabalho forçado. A campanha oferece material para a comunicação social, vídeos e brochuras informativas (em Alemão). Para saber mais, clique [aqui](#).

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

UE / Membros do Parlamento Europeu assinam declaração para investir nas crianças

No dia 7 de dezembro 428 Membros do Parlamento Europeu (MPE) assinaram a declaração para investir nas crianças. A declaração redigida ([número 0042/2015](#)) insta a Comissão Europeia a introduzir indicadores específicos sobre as crianças em risco de pobreza. Também insta os Estados membros a utilizarem o financiamento da UE para implementarem a Recomendação da Comissão "[Investir nas Crianças: Quebrando o ciclo de desvantagens](#)". Onze MPE lançaram a iniciativa de recolha de assinaturas no Parlamento Europeu para apoiar a declaração. A resolução do Parlamento Europeu, de 24 de novembro de 2015, sobre a redução das desigualdades com um foco especial na pobreza infantil ([2014/2237 \(INI\)](#)) foi aprovada em plenário por 569 votos contra 77, com 49 abstenções. Esta reconhece, entre muitas outras questões, que as crianças migrantes estão representadas de forma excessiva no grupo em risco de pobreza e a situação é ainda pior para as crianças migrantes sem documentos. A declaração está disponível em 23 idiomas [aqui](#).

Fonte: [Eurochild](#), 7 de dezembro de 2015

UE / Manual de legislação europeia relativa aos direitos da criança

A Agência dos Direitos Fundamentais (FRA) publicou o [Manual de legislação Europeia relativa aos direitos da criança](#), preparado em conjunto com o Conselho da Europa para esclarecer o papel das normas jurídicas europeias de forma a assegurar o usufruto pelas crianças, dos seus direitos universais. O manual foi concebido por profissionais legais não especializados, juízes, procuradores públicos, autoridades para a proteção da criança e outros profissionais e organizações responsáveis por assegurar a proteção legal dos direitos da criança. Há

uma seção sobre a não-discriminação com base na nacionalidade e no estatuto de migração. Há igualmente um capítulo dedicado à migração europeia e à lei do asilo, que destaca vários direitos da criança. O manual está disponível em inglês e francês [aqui](#). A publicação do manual noutras línguas oficiais da UE está previsto para 2016.

MUNDIAL / Campanha mundial contra tratamento injusto de crianças

A UNICEF lançou a Campanha mundial #Luta Contra a Injustiça (#FightUnfair Campaign) que visa envolver a comunidade de defensores e habilitá-los a falar sobre as situações mais injustas que as crianças enfrentam atualmente. As informações sobre a campanha, incluindo as formas de se envolver, podem ser encontradas [aqui](#). Entre os factos realçados pela campanha está que um em cada cinco refugiados e migrantes que chegam à Europa é criança. Ao mesmo tempo, a UNICEF publicou um novo relatório intitulado '[Para Cada Criança, uma Oportunidade Justa: A Promessa de Igualdade](#)' ('[For Every Child, a Fair Chance: The Promise of Equity](#)'), estabelecendo a agenda da UNICEF para a igualdade. O relatório apresenta muitos dos marcos alcançados, até à data, em prol das crianças pobres e marginalizadas do mundo, bem como muitas das lacunas que permanecem. As crianças migrantes e refugiadas são reconhecidas como um grupo de crianças vulnerável e marginalizado. O relatório está disponível em inglês, francês e russo [aqui](#).

ALEMANHA / Estudo revela que muitas escolas não aceitam crianças indocumentadas

Apesar das escolas alemãs terem sido explicitamente isentadas da obrigação de reportar os migrantes indocumentados, incluindo crianças ([Lei de residência § 87](#)), desde 2011, o direito à educação ainda não foi aplicado por um número elevado de escolas primárias. Esta foi a descoberta do estudo intitulado "Não deve depender de documentos" („Es darf nicht an Papieren scheitern“), publicado em outubro de 2015, solicitado pela Fundação Max Traeger (Max-Traeger-Stiftung), e elaborado pelo Prof. Dr. Yasemin Karakaşoğlu, Dra. Dita Vogel e Barbara J. Funck. O estudo incluiu funcionários de 100 escolas primárias de todos os estados federais de Alemanha a quem foram solicitadas informações quanto à possibilidade de matrícula para crianças sem autorização de residência. Em 62% das escolas primárias estudadas, revelou-se que as matrículas eram impossíveis. As propostas de ação incluem uma alteração nas leis de educação de todos os estados federais (Landesschulgesetz) referentes ao direito das crianças indocumentadas frequentarem a escola, bem como uma maior regulamentação que proíba as escolas de comunicarem as informações, ao invés de deixar ao critério das escolas a decisão de denunciar ou não uma pessoa indocumentada. O estudo em alemão pode ser acedido [aqui](#). Fontes: [Comunicado de Imprensa](#) da Universidade de Bremen, outubro de 2015; [Bildungsklick](#), outubro de 2015

PORTUGAL / Campanha nacional para a regularização das crianças de origem cabo-verdiana

O Alto Comissário para a migração português, Pedro Calado, lançou uma campanha em cooperação com a Embaixada de Cabo Verde para regularizar as crianças de origem cabo-verdiana. Esta ação afetaria centenas de crianças, muitas das quais nascidas em Portugal. A iniciativa foi realizada com o apoio dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Direcção-Geral da Educação. Pedro Calado afirmou que, no futuro, esta iniciativa poderá ser alargada a outras comunidades migrantes. Fonte: [Público](#), 9 de novembro de 2015

REINO UNIDO / Raios X dentários imprecisos e antiéticos para determinar a idade

A Associação Dentária Britânica (The British Dental Association, BDA) emitiu uma advertência clara aos dentistas que os raios X não devem ser efetuados ou utilizados de forma regular para ajudar a decidir a idade de jovens requerentes de asilo, chamando esta prática 'imprecisa' e 'antiética'. A BDA tem consistentemente defendido que os raios x dentários são um método impreciso para avaliar se os indivíduos atingiram os 18 anos e, dado que o processo não confere diretamente nenhum benefício de saúde, é tanto inadequado quanto antiético. Fonte: [Migrants' Rights Network](#), 24 de novembro de 2015

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

REPÚBLICA CHECA / ONU / Alto Comissário para os Direitos Humanos critica detenção de migrantes na República Checa

Num comunicado publicado a 22 de outubro de 2015 o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, criticou veementemente a detenção de migrantes e refugiados na República Checa. O ministro da Justiça checo, Robert Pelikán, descreveu o centro como sendo “pior do que uma prisão”. Os migrantes são detidos em condições que têm sido descritas como degradantes e, segundo os relatórios, são sistematicamente revistados pelas autoridades e é-lhes cobrada uma taxa diária de 10 dólares pela sua detenção. Para ler o comunicado, clique [aqui](#).

Fonte: [New York Times](#), 22 de outubro de 2015

MÉXICO / Governo proíbe detenção de crianças imigrantes enquanto deportações de migrantes aumenta

O governo mexicano introduziu a proibição de deter de crianças imigrantes nos regulamentos oficiais da Lei Nacional dos Direitos da Criança a 2 de dezembro de 2015. O artigo 111 da lei determina que em momento algum crianças ou adolescentes, quer se encontrem ou não a viajar com adultos, serão privados da sua liberdade em postos de imigração ou em qualquer outro centro de detenção. O artigo 111 exige, ainda, de forma explícita, que o México adote e implemente mecanismos que protejam as crianças acompanhadas pelos seus pais ou tutores legais de serem detidos por razões resultantes de processos de imigração. De acordo com um [relatório](#) publicado pelo Migration Policy Institute (MPI), 130 mil crianças foram detidas entre 2010 e 2014 pelas autoridades mexicanas e dos Estados Unidos da América e 40 mil crianças foram deportadas para El Salvador, Guatemala e Honduras. O número total de deportações dos Estados Unidos da América e México para estes países da América Central aumentou de cerca de 145 mil em 2010 para mais de 200 mil em 2014. Isto deve-se também ao lançamento do Plano da Fronteira Sul (Plan Frontera Sur). O plano arrancou em agosto de 2014 depois de Barack Obama ter considerado como “situação humanitária urgente” o número recorde de crianças não acompanhadas e famílias que chegavam à fronteira dos Estados Unidos.

Fontes: [International Detention Coalition](#) (IDC), 5 de dezembro de 2015; [El País](#), 13 de outubro de 2015

EUROPA / Novo conjunto de instrumentos e relatórios sobre a detenção de apátridas

A Rede Europeia sobre Apátridas (European Network on Statelessness) publicou um *kit* de ferramentas assim como vários relatórios nacionais e histórias pessoais sobre apátridas que se encontram detidos. Os recursos fazem parte de um projeto que tem a duração de 3 anos e cujo objetivo é mapear a dimensão da problemática, criar ferramentas de advocacia e formar advogados e ONG no sentido de proteger apátridas de situações de detenção arbitrária. O *kit* de ferramentas aborda a decisão de deter apátridas, a detenção arbitrária, enquadramentos jurídicos e alternativas à detenção. Os relatórios dos países analisam de que forma se pode proteger pessoas apátridas dos centros de detenção nos Países Baixos, em Malta e na Polónia. O *kit* de recursos e os relatórios dos países encontram-se disponíveis [aqui](#). Em setembro, a ENS lançou também o seu relatório “Nenhuma Criança Deveria Ser Apátrida” revelando que milhares de crianças continuam a crescer na qualidade de apátridas sendo, portanto, excluídas das proteções e direitos que o instituto da nacionalidade oferece aos cidadãos. As crianças de migrantes indocumentados são reconhecidas como um grupo de alto risco. O relatório conclui com uma série de recomendações designadas a orientar a ação de forma de forma a responder eficazmente – e, em última instância, para acabar com – a situação de crianças apátridas na Europa. Para aceder ao relatório, clique [aqui](#).

REINO UNIDO / Relatório considera morte de idoso de 84 anos de idade “totalmente inaceitável”

Um relatório publicado pelo Provedor de Justiça para as Prisões e Liberdade Condicional (Prisons and Probation Ombudsman - PPO) para a Inglaterra e País de Gales, Nigel Newcomen, investiga as circunstâncias da morte de um homem de 84 anos de idade que estava detido e que sofria de graves problemas de saúde. Alois Dvorzac, um cidadão naturalizado canadiano, que sofria de demência chegou a Inglaterra a 23 de janeiro de 2013 no seu trajeto para a Eslovénia, seu país de origem, onde ia visitar a sua filha quando foi parado pelos funcionários da Agência de Fronteiras do Reino Unido e detido no Centro de Detenção migratória de Harmondsworth. Dvorzac

veio a falecer em resultado de uma doença cardíaca coronária a 10 de fevereiro de 2013 depois de ter sido algemado durante cinco horas. O PPO referenciou que as restrições aplicadas a presos idosos poderão consubstanciar uma violação do artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Fontes: [The Guardian](#), outubro de 2015; [Independent](#), outubro de 2015; [Independent](#), fevereiro de 2014

EUA / Migrantes entram em greve de fome em protesto contra condições de detenção

Os migrantes que se encontram em centros de detenção em todo o território dos Estados Unidos entraram em greve de fome em novembro num protesto contra as condições em que se encontram detidos. No início de novembro cerca de 500 mulheres no centro de detenção T. Don Hutton na cidade de Liberty, no Texas, iniciaram uma greve de fome como forma de protesto contra as condições, entre as quais se incluem a detenção prolongada (até um ano e meio nalguns casos), arbitrária e as obrigações excessivas e ainda o uso de linguagem ofensiva e degradante por parte dos guardas prisionais. Até meados de novembro, entre 40 a 50 detidos de cada vez recusaram comida, numa greve de fome rotativa. No centro prisional de Adelanto, na Califórnia, 90 detidos iniciaram uma greve de fome a 4 de novembro de 2015 e divulgaram uma lista na qual descrevem as suas [queixas e exigências](#). No mesmo centro, outros 300 detidos recusaram comida durante mais de uma semana em forma de protesto contra as condições da sua detenção, como por exemplo, o acesso limitado a cuidados de saúde, os alimentos de má qualidade e a intimidação por parte dos guardas prisionais.

Fonte: [The Take Away](#), 2 de novembro de 2015; [Al Jazeera](#), 12 de novembro de 2015

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

BASE DE DADOS / Ferramenta para procurar ajuda em caso de violação de direitos fundamentais

A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia lançou a 6 de outubro uma ferramenta interativa designada *Clarity* que ajuda pessoas a encontrar a organização que seja mais apropriada para lidar com questões relacionadas com os seus direitos fundamentais. A ferramenta é, de momento, uma versão beta que abrange 14 países. A versão piloto de *Clarity* proporciona informação em inglês sobre entidades, tais como organismos em prol da igualdade, instituições nacionais dos direitos humanos e organismos responsáveis pela resolução de litígios, os quais podem estar disponíveis para prestar assistência em situações de violações de direitos. Para aceder à ferramenta, clique [aqui](#).

GUIA / Como a Diretiva Europeia das Vítimas pode ser usada para garantir o acesso à justiça às vítimas de crime em situação irregular

Por ocasião do prazo de transposição da Diretiva Europeia de Vítimas para o direito interno dos Estados-membros a 16 de novembro de 2015, a Plataforma para a Cooperação Internacional sobre Migrantes Indocumentados (PICUM) publicou um guia sobre a forma como as organizações podem usar a Diretiva como mecanismo que assegure os direitos das vítimas de crimes sem documentos. O guia, que se encontra disponível em inglês, francês e espanhol, informa também decisores políticos, funcionários judiciais, a polícia e outros atores oficiais acerca de como a Diretiva das Vítimas está relacionada com migrantes indocumentados enquanto categoria específica das vítimas. O guia encontra-se disponível [aqui](#).